



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia
Deputado Estadual Anderson Pereira

PROTOCOLO		REQUERIMENTO Nº <u>400</u> / <u>20</u>
AUTOR: DEPUTADO ANDERSON PEREIRA - PROS		
<p><u>Requer</u>, ao Governo do Estado de Rondônia, extenso à Casa Civil, informações e providências acerca da instauração do processo administrativo, para a realização de estudos de viabilidade referente a construção do novo Terminal Rodoviário.</p> <p>O Deputado que ao final subscreve, nos termos dos artigos 29, XVIII e XXXVI e 46, Parágrafo Único da Constituição Estadual, bem como, do art. 179 do Regimento Interno, requer, Governo do Estado de Rondônia, extenso à Casa Civil, informações e providências acerca da instauração do processo administrativo, para a realização de estudos de viabilidade referente a construção do novo Terminal Rodoviário, tendo em vista que em resposta ao Requerimento nº 1263/2020, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Rondônia – AGERO/RO, informou que necessita das pesquisas realizadas através do Governo do Estado e Prefeitura de Porto Velho.</p> <p>Em tempo, ressalta-se a extrema urgência e necessidade da realização das informações para a instauração de processo administrativo, a fim de realizarem os estudos de viabilização para a construção do novo Terminal Rodoviário, tendo em vista que até o presente momento não há procedimentos formalizados para a construção da mesma na Diretoria de Normatização e Fiscalização de Serviços da AGERO, conforme Ofício nº 3079/2020/CASACIVIL-DITELIR, de 25 de junho de 2020.</p> <p>Ademais, destaca-se a necessidade de apresentação de resposta pelo Órgão solicitado, no prazo de 10 dias, a contar do recebimento, importando a inércia em crime de responsabilidade.</p> <p>Diante disso, peço apoio aos Nobres Deputados para o encaminhamento do presente Requerimento.</p> <p>Plenário das deliberações, 01 de dezembro de 2020.</p> <p>Deputado Estadual <u>Anderson Pereira</u> PROS</p>		



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia
Deputado Estadual Anderson Pereira

PROTOCOLO		REQUERIMENTO	Nº _____ / _____
AUTOR: DEPUTADO ANDERSON PEREIRA - PROS			

JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Nobres Parlamentares,

Este Requerimento, com fulcro nos Art. 29, XVIII e XXXVI c/c Art. 31, § 3º da Constituição Estadual e Art. 67, II c/c Art. 146, IX c/c Art. 172 e c/c Art. 179 do Regimento Interno, solicita, ao Governo do Estado de Rondônia, extenso à Casa Civil, informações e providências acerca da instauração do processo administrativo, para a realização de estudos de viabilidade referente a construção do novo Terminal Rodoviário, tendo em vista que em resposta ao Requerimento nº 1263/2020, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Rondônia – AGERO/RO, informou que necessita das pesquisas realizadas através do Governo do Estado e Prefeitura de Porto Velho.

Portanto, deve-se considerar que é de competência privativa da Assembleia Legislativa, conforme disposto no artigo 29, XVIII e XXXVI da Constituição Estadual, fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inclusive os da Administração Indireta e os atos administrativos e financeiros das Instituições mantidas pelo Poder Público.

Neste contexto, é legítima a presente proposição, tendo em vista que busca a urgência na coleta das informações para a instauração de processo administrativo, a fim de realizarem os estudos de viabilização para a construção do novo Terminal Rodoviário, tendo em vista que até o presente momento não há procedimentos formalizados para a construção da mesma na Diretoria de Normatização e Fiscalização de Serviços da AGERO, conforme Ofício nº 3079/2020/CASACIVIL-DITELIR, de 25 de junho de 2020.

Assim, solicitamos providências por parte do Governo do Estado, quanto as informações necessárias para a instauração de processo



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia
Deputado Estadual Anderson Pereira

PROTOCOLO		REQUERIMENTO	Nº _____ / _____
	AUTOR: DEPUTADO ANDERSON PEREIRA - PROS		
<p>administrativo, a fim de realizar estudos de viabilidade acerca do da construção do Novo Terminal Rodoviário.</p> <p>Em virtude do exposto e ante a relevância do caso em comento, apesar de termos conhecimento das dificuldades enfrentadas pela gestão pública no momento social e econômico atual, solicitamos esclarecimentos quanto às providências adotadas.</p> <p>Igualmente, merece destaque a necessidade de apresentação de resposta pelo Órgão solicitado, no prazo de 10 dias, a contar do recebimento, importando a inércia em crime de responsabilidade, vejamos:</p> <p><i>Art. 31. [...] § 3º. A Mesa da Assembleia Legislativa pode encaminhar pedido de informações ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado, aos Secretários de Estado e aos Diretores de órgãos e empresas públicas, <u>implicando em crime de responsabilidade, nos termos da lei</u>, a recusa ou não atendimento no prazo de dez dias, bem como a prestação de informações falsas. (Grifo nosso)</i></p> <p>Desta forma, ante a relevância do pleito requer o apoio dos nobres Pares para o encaminhamento do presente Requerimento.</p> <p style="text-align: right;"></p>			